

4

“O Belo Programa Brasileiro de Proteção aos Índios”: Nacionalização pela Territorialização

4.1

A Inspeção do SPI e a Comissão Rondon: uma parceria administrativa

As relações administrativas que se estabeleciam entre a Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios para o estado de Mato Grosso e a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA) ganhavam maior solidez com o passar dos anos. Os postos indígenas localizados na região noroeste de Mato Grosso, oficialmente subordinados à Inspeção, eram na prática gerenciados pela equipe de profissionais – militares e civis – que compunham a Comissão Rondon.

É conveniente situar que algumas estações telegráficas criadas pela 1ª Comissão Rondon (1900-1906) – localizadas na região sudoeste de Mato Grosso – e pela 2ª Comissão Rondon (1907-1915) – atuante no noroeste do estado – passaram a ser também designadas como postos indígenas a partir da fundação do SPILTN em 1910¹²¹. Por meio da instalação da Inspeção regional de Mato Grosso em 1911 foram incorporadas pela agência indigenista oficial: isto equivale a dizer que oficialmente a Inspeção era a responsável direta pela sua administração.

O fato do órgão protecionista ter sido fundado em 1910, ou seja, em meio ao trabalho em curso da 2ª Comissão explica a permanência da administração extra-oficial do coronel Rondon e sua equipe sobre as estações telegráficas desta região. O SPILTN incorporou algumas estações da Comissão Rondon, transformando-as em postos indígenas, ou seja, encaixando-as administrativamente na categoria de postos indígenas. Apesar deste novo rótulo atribuído às territorialidades em construção a CLTEMGA continuava a deter autonomia administrativa perante os postos indígenas nos quais estavam localizadas sedes de estações telegráficas.

¹²¹ Como dito no capítulo 1, as estações telegráficas devem ser interpretadas como as territorialidades específicas construídas pela Comissão Rondon, no que diz respeito à abrangência geográfica do ordenamento territorial imposto pelo chefe militar Rondon dentro de territórios étnico-indígenas. A partir de 1910-1911 a denominação “estação telegráfica” não desaparece, mas é incorporada a uma territorialidade maior, o posto indígena.

Aqui ocorria uma mudança fundamental na estrutura dos estabelecimentos indigenistas regionais: uma nova situação histórica tomava forma a partir do momento em que a 2ª Comissão Rondon passava a contar com o suporte administrativo da Inspeção regional do SPILTN, no que diz respeito à gestão dos territórios indigenistas e das populações indígenas neles nucleadas.

Como a Comissão Rondon não era o órgão oficial do Estado responsável pela administração de grupos indígenas, esta foi a maneira encontrada para oficializar – dar o caráter de política governamental legítima – as relações sócio-culturais e as relações escolares e de trabalho estabelecidas entre os agentes estatais e os agentes sociais indígenas.

O Território Indigenista Utiarity se encaixa nesta categoria de estações telegráficas que, a partir de determinado momento, passaram a ser designadas também como postos indígenas do SPILTN. No que diz respeito às práticas indigenistas implementadas naquela nova territorialidade imposta aos índios nada se modificaria. O que de fato mudava era que o Posto Indígena Utiarity passava a ser mantido por duas administrações: uma direta exercida pela CLTEMGA e uma indireta exercida pela Inspeção do Serviço.

No relatório anual da Inspeção regional do Mato Grosso correspondente ao ano de 1918¹²², de autoria do inspetor interino Raymundo Hosterno, destinado à diretoria nacional do Serviço de Proteção aos Índios, aos cuidados de Luis Soares Horta Barbosa, que exercia interinamente o cargo de diretor, constam breves palavras a respeito do posto indígena de Utiarity, que aqui seguem transcritas por completo:

Postos de Utiarity e Ponte de Pedra: Estes Postos, se bem que sejam custeados por esta Inspeção, estão sob fiscalização directa do benemérito Snr Coronel Rondon, que delles cuida com o desvelo que caracteriza esse distincto chefe, por isso nada será preciso dizer dos mesmos, onde reina a melhor ordem com reaes aproveitamentos e onde funciona uma escola primária em cada um delles para creanças indígenas, com boa matrícula e óptimos aproveitamentos.¹²³

¹²² A tarefa de “Localização de Trabalhadores Nacionais” é passada para o Serviço de Povoamento através da lei nº3454 de 6 de janeiro de 1918, responsável pelo orçamento da União. Desta maneira o órgão oficial indigenista passava a ser denominado apenas como “Serviço de Proteção aos Índios”. Ver LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

¹²³ Serviço de Arquivos/Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 218; Fotograma 1492.

Antes da análise propriamente dita do documento considero relevante apresentar o panorama administrativo regional que o relatório nos permite enxergar através da sua subdivisão em tópicos realizada pelo próprio inspetor. Acredito que evidenciando a visão panorâmica - a listagem do conjunto dos estabelecimentos indigenistas na época - obtemos uma maior percepção sobre a dispersão territorial do indigenismo em Mato Grosso e como o Território Utiaity se encontra inserido nesta: 1) Considerações iniciais; 2) Pessoal; 3) Povoação Indígena de São Lourenço; 4) Posto Fraternidade Indígena; 5) Posto do Bananal; 6) Posto do Laranjalzinho; 7) Postos de Utiaity e Ponte de Pedra; 8) Índios do Guaporé; 9) Postos a criar; 10) Índios de Outros Pontos; 11) Índios Selvagens; 12) Embarcações de Serviço; 13) Pagamentos; 14) Escrituração; 15) Imprensa Local; 16) Auxílio do Estado; 17) Relações com outras repartições; 18) Conclusão.

A descrição citada é superficial, evasiva e pouco reveladora do funcionamento do posto, porém indica dados concretos sobre os quais podemos tecer uma análise¹²⁴. Observando à maneira pela qual o relator se expressa, no que concerne ao custeamento do posto indígena de Utiaity pela Inspetoria regional, nos parece que tal fato exigiria desta mesma Inspetoria a fiscalização sobre a aplicação dos recursos; este seria seu dever institucional.

Uma parte das verbas que compunham o orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), ministério ao qual o SPI se encontrava subordinado à época, era destinada ao órgão indigenista. A direção nacional do órgão repassava a verba para suas inspetorias regionais, e estas, por sua vez, repassavam os recursos captados para os postos indígenas que estavam sob sua responsabilidade administrativa.

A verba que garantia a manutenção dos serviços e o desenvolvimento dos trabalhos desempenhados no posto de Utiaity provinha da Inspetoria regional do Mato Grosso. No fragmento destacado, assumindo a responsabilidade pelos custos de manutenção do posto, o inspetor também admite indiretamente que os funcionários da Inspetoria não exerciam de fato a tarefa que lhes cabia de inspecionar a aplicação dos recursos repassados.

¹²⁴ Cabe chamar a atenção para o fato da estação telegráfica Ponte de Pedra, criada em 1908, também ter sido designada como posto indígena, assim como Utiaity, a partir da intervenção administrativa da Inspetoria do SPI sobre o território de Mato Grosso.

Desta forma percebemos que competia a um outro órgão federal – a CLTEMGA – vinculado a outros Ministérios de Estado – Ministério da Guerra e Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas – a administração das verbas destinadas ao posto indígena de Utiarity. No entanto, refletir somente acerca das competências administrativas torna confusa a compreensão deste quadro regional.

Para o melhor entendimento deste devemos nos voltar também para a via interpretativa da territorialização, o que nos abre outros caminhos para pensar as articulações entre a Inspetoria e a Comissão Rondon. No que diz respeito ao gerenciamento conjunto das atividades indigenistas exercidas sobre aquele espaço geográfico e sobre os grupos indígenas territorializados este quadro regional nos explicita bem a cumplicidade administrativa destes distintos órgãos estatais.

É sabido que as inspetorias regionais exigiam prestações de contas por parte dos postos indígenas.¹²⁵ Contudo, não nos é possível afirmar se a Inspetoria regional do Mato Grosso exigia da Comissão Rondon um relatório sobre a aplicação dos recursos a ser feita em Utiarity. Tampouco podemos dizer se os funcionários da Inspetoria fiscalizavam presencialmente o posto indígena. Todavia, podemos afirmar seguramente que os postos indígenas administrados diretamente pelas equipes constituintes da CLTEMGA pertenciam à 4ª zona administrativa da Inspetoria, assim como assinalado no capítulo anterior. Esta 4ª zona remete a um espaço territorial específico, o noroeste do Mato Grosso.

O relator insinua que pelo fato de Rondon inspecionar diretamente o posto, a administração da verba deveria estar sendo feita da maneira mais adequada possível; o prestígio político de Rondon enquanto chefe indigenista garantia a mais absoluta confiança no bom destino dos recursos e na sua aplicação eficiente nos trabalhos desenvolvidos na região do posto. Cabe-nos levantar algumas questões: Em que consistia esta fiscalização direta de Rondon? Qual seria a frequência de visitação de Rondon à Utiarity? A presença de Rondon eliminava a necessidade de inspeção do posto pela Inspetoria regional do SPI?

Como vimos, à Comissão Rondon cabia a responsabilidade de administrar os recursos provenientes da Inspetoria indigenista oficial a fim de aplicá-los nas práticas desenvolvidas na região de Utiarity. Tal fato tem uma de suas explicações na atuação do militar Rondon enquanto sujeito intermediador das relações entre a

¹²⁵ Tal fato pode ser atestado por outros documentos levantados para a realização da pesquisa.

Comissão Telegráfica e o SPI. A aplicação dos recursos financeiros e materiais em Utiarity servia aos propósitos que tornavam semelhantes as unidades administrativas indigenistas – estação telegráfica e posto indígena - presentes na localidade: a colonização agrária, a colonização populacional - o nucleamento de grupos indígenas - e o povoamento do espaço geográfico territorializado.

Em que consiste o povoamento de um espaço geográfico? Povoar é ocupar, fazer-se física e materialmente presente no espaço promovendo a sedentarização de um agrupamento de indivíduos em uma dada localidade. Ocupar é habitar, criando as condições necessárias, a fim de tornar o lugar habitável, para que os grupos assentados possam construir moradias fixas. Na medida em que, com o tempo, as condições de vivência se mostrassem e permanecessem favoráveis, um núcleo de povoamento tenderia a se adensar com a incorporação de novos indivíduos ou grupos sociais. Tais reflexões nos levam a questões mais específicas sobre o objeto do presente estudo: Em que consistiu o povoamento do “Espaço Utiarity”¹²⁶? De que maneira ocorreu?

O processo de povoamento da região que viria a ser chamada Utiarity teve seu início nos trabalhos realizados pela CLTEMGA, através da atração de índios Paresí das aldeias locais situadas no entorno da estação telegráfica. Por meio de táticas indigenistas de aproximação como a oferta de objetos materiais – os ditos brindes - incomuns à vida cotidiana dos indígenas o contato foi se estabelecendo. Após este início de contato as relações se tornaram mais sólidas quando os índios obtiveram a confiança necessária – fruto das deliberações internas dos grupos nativos – para freqüentar com maior regularidade o estabelecimento indigenista¹²⁷.

A especificidade de Utiarity reside em não ter sido necessária colocar em prática a tarefa indigenista de “pacificação” dos grupos indígenas locais, uma vez que os Paresí não se apresentaram dispostos a travar conflitos ou guerrear com os agentes estatais. Contudo devemos manter nosso senso crítico alerta a fim de não

¹²⁶ Como expresse anteriormente, por “Espaço Utiarity” estou designando a nova territorialidade administrativa imposta através da instalação da estação telegráfica e da construção de casas para a moradia dos agentes da Comissão Rondon. Busco com isto enfatizar que a totalidade maior do espaço geográfico onde estava inserida a estação telegráfica de Utiarity já era povoada pelos índios Paresí anteriormente à presença dos agentes estatais na região.

¹²⁷ As estações telegráficas - mesmo antes da existência da figura administrativa dos postos indígenas - são aqui também interpretadas como estabelecimentos indigenistas.

corroborarmos com o discurso do estadista Rondon, responsável pela elaboração do relatório onde narra os “primeiros contatos” com os índios desta etnia. O que poderia ter sido ocultado pelo coronel na sua construção representacional dos Paresí como índios dóceis, a serem tomados como aliados do Estado na construção das linhas telegráficas?

É sabido, conforme indicamos nos capítulos anteriores, que alguns grupos de uma mesma etnia rechaçavam o contato, recusavam a aproximação com as equipes locais da Comissão e do SPI, permanecendo em suas aldeias e não freqüentando regularmente os estabelecimentos indigenistas. Sabemos também que um sub-grupo Paresí – os Kozárini – eram “arredios” ao contato e no início do século XX ainda eram confundidos com índios da etnia Nambikwára, rivais “tradicionais” do grupo étnico Paresí.

Cabe a indagação: quem são os Paresí representados por Rondon e quem são os Paresí deixados de fora das idealizadas representações do chefe militar? Os Paresí de Rondon são os Wáimare e os Kaxíniti - os índios de Uturity, seus “colaboradores” - enquanto os Kozárini – representados como Cabixis, portanto não-Paresí – são os índios contrários ao contato por não estarem incorporados ao território indigenista Uturity¹²⁸.

Ao longo do tempo alguns grupos Paresí decidiram se estabilizar na estação telegráfica e mais tarde no posto indígena, sedentarizando-se e iniciando relações de trabalho nos diversos serviços a serem executados em prol do desenvolvimento agrário da região. Desta maneira os índios contribuíam para tornar a localidade habitável nos moldes e parâmetros desejáveis e impostos pelos agentes estatais.

Por sua vez, pelos parâmetros dos índios o espaço geográfico já era apropriado para habitar. O que desejamos sinalizar é que as terras que ocupavam já estavam marcadas por uma territorialização própria aos grupos indígenas locais. As relações inter-étnicas – como por exemplo os conflitos sociais entre os Paresí e os Nambikwára – anteriores à interferência do Estado já criavam por si uma territorialização específica para aquele espaço geográfico.

¹²⁸ Ver capítulo II e a obra de MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíniti, grupos Paresí**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ, 1994.

Certamente tais territorializações não se constituíam a partir da formação sistemática de novas territorialidades – com seus processos burocrático-jurídicos de medição e delimitação das terras – mas sim diziam respeito aos parâmetros culturais indígenas de demarcação do espaço físico. Os índios apropriavam-se do espaço à sua maneira de acordo com a organização social de seus grupos.

Voltando à questão da administração de verbas, vimos que à Comissão Rondon cabia gerenciar os recursos enviados pela Inspetoria regional do SPI. Cabe frisar que a Inspetoria não custeava todas as estações telegráficas do estado do Mato Grosso, apenas aquelas que eram incorporadas pelos postos indígenas e esta é mais uma especificidade da região de Utiarity.

A partir do momento em que era instalado o conceito de posto indígena numa territorialidade onde já estava situada uma estação telegráfica¹²⁹, como é o caso de Utiarity, nos parece que automaticamente se tornava atribuição dos encarregados locais da Comissão Telegráfica gerir tais postos: o encarregado local da estação passava a ser também o chefe local do posto indígena. Tal fato implicava em não haver quadros próprios de funcionários do SPI atuantes na localidade, ainda que nada os impedisse de freqüentar o espaço ou realizar visitas e inspeções ocasionais. A partir destas informações é reforçada a idéia de que a Inspetoria e a Comissão atuavam conjuntamente na gestão do Território Indigenista Utiarity.

Tendo em vista esta situação administrativa, implicava à equipe da Comissão Rondon exercer um papel que oficialmente deveria ser desempenhado pelos funcionários da Inspetoria do SPI. A Inspetoria do Mato Grosso, com sede em Cuiabá, tinha o dever de reportar o desenvolvimento das unidades locais indigenistas-territorializadoras sob sua competência à diretoria nacional do órgão protecionista.

Na medida em que a tarefa de fiscalização de alguns postos indígenas, e, portanto, da atuação dos encarregados locais destes postos era oficiosamente

¹²⁹ Conforme mencionado no capítulo inicial da dissertação, devemos entender uma estação telegráfica enquanto um espaço administrativo que ocupava um terreno demarcado pelos indigenistas. Ainda que não delimitado oficialmente, o terreno devia ter marcos concretos fincados ao chão – como por exemplo pedras e cercas – que fossem identificáveis como limites físicos do espaço, ainda que tais limites pudessem estar em expansão contínua. A casa-sede da estação abrigava os aparelhos de telégrafo e era apenas uma entre outras edificações construídas naquele espaço administrativo.

exercida por funcionários da Comissão Rondon, torna-se significativo o fato de constar neste relatório de 1918 apenas algumas linhas sobre a situação de Utiaity. Ainda mais significativo nos parece quando comparamos as breves palavras escritas a respeito da referida unidade local com a descrição detalhada dos outros postos da região constantes neste mesmo relatório.

Os poucos comentários tecidos sobre Utiaity podem ter sua explicação no fato de ser tarefa da equipe local da Comissão Rondon a produção de um relatório sobre o posto indígena. Os encarregados locais das estações e postos situados na 4ª zona administrativa da Inspeção – a parte noroeste de Mato Grosso – mandavam seus relatórios para seu chefe imediato, o coronel Rondon. Como a 4ª zona ficava a cargo de Rondon, o militar tomava para si a tarefa de inspetor indigenista elaborando o relatório geral sobre as atividades das unidades administrativas da região.

Os encarregados locais das estações da região noroeste do Mato Grosso por filiação institucional reportavam-se ao coronel Rondon, que exercia ao mesmo tempo os cargos de chefe da Comissão de Linhas Telegráficas e diretor do SPI (este cargo exercido mais no campo do simbólico do que no campo da prática). Ocorria que tais agentes desempenhavam funções administrativas no cotidiano de seu trabalho que os faziam reportar-se também à Inspeção regional do SPI, no que dizia respeito às responsabilidades indigenistas que recaíam sobre as unidades locais envolvidas com os grupos indígenas da região.

A ação de produção de documentos de caráter burocrático-administrativo – tais como, notas, ofícios, boletins e correspondências – e de encaminhamento destes à Inspeção do SPI está intimamente ligada ao fato da Inspeção indigenista financiar os trabalhos desenvolvidos nas regiões territorializadas, onde funcionavam integralmente estações telegráficas e postos indígenas.

É bastante significativo que nos relatórios produzidos pelos inspetores regionais do Mato Grosso ao longo do tempo, Utiaity esteja, na maioria das vezes, referido como posto indígena e não como estação telegráfica. Contudo, referir-se ao posto indígena implicava em falar daquela zona geográfica como um todo, subentendendo-se que coexistiam na localidade duas unidades indigenistas distintas, cada qual exercendo suas funções específicas, ao mesmo tempo em que se articulavam para aplicar conjuntamente políticas de Estado, que as unia em

torno de objetivos em comum. Quando o SPILTN é criado e surge o conceito de posto indígena todo o território Utirarity passa a ser designado por este conceito.

Relatar a organização e o funcionamento dos postos indígenas daquela região específica implicava necessariamente em fazer alusões sobre as contribuições administrativas mútuas entre as unidades locais protecionistas e as unidades locais telegráficas. Era desnecessário dizer, ao destinatário do relatório, que no território onde funcionava determinado posto – como é o caso de Utirarity - , também funcionava uma estação. Certamente toda a equipe indigenista do SPI sabia que no noroeste do Mato Grosso atuava a Comissão de Linhas Telegráficas chefiada por Rondon.

4.2

A década de 1920 e a nacionalização indigenista

Pelo relatório anual correspondente ao exercício do ano de 1923, escrito pelo inspetor interino Antonio Martins Viana Estigarribia¹³⁰, que tinha por destinatário o diretor interino do SPI, José Bezerra Cavalcanti, podemos reforçar nossa visão acerca do posto indígena de Utiarity enquanto componente de um conjunto de estabelecimentos indigenistas administrados pela Inspetoria do Mato Grosso. Podemos visualizar como o Território Indigenista Utiarity se encontrava inserido em meio a um conjunto administrativo.

Convém que novamente proporcionemos ao leitor a visualização do panorama de um relatório desta Inspetoria a fim de que seja percebido o desenvolvimento de seu corpo administrativo quando comparado aos relatórios apresentados anteriormente: 1) Povoação Indígena de São Lourenço; 2) Posto do Perigara; 3) Posto do Bananal; 4) Posto de Cachoeirinha; 5) Posto do Lalima; 6) Índios Cadiueus; 7) Cayoas; 8) Chavantes; 9) Posto Fraternidade Indígena; 10) Posto de Vila Bela; 11) Posto Simões Lopes e Posto Pedro Dantas; 12) Posto de Utiarity; 13) Serviços na Sede; 14) Conclusão.

Devemos sublinhar também que cada tópico era subdividido em quatro subtópicos principais: a) Lavoura; b) Produção; c) Criação; d) População. O que nos chama a atenção é que os dados informados sobre a lavoura, produção e criação dos postos são tão relevantes para o inspetor quanto os dados sobre as populações indígenas habitantes dos postos, exatamente porque são partes

¹³⁰ O Sr. Antonio Estigarribia- militar de carreira - foi chefe da Inspetoria indigenista do Mato Grosso durante a maior parte do período de 1921-1930 e ocupante do cargo principal do órgão oficial indigenista – diretor do SPI em âmbito nacional – no ano de 1936. Estigarribia fazia parte do grupo de oficiais deslocados da Comissão Rondon para o SPILTN no primeiro ano de organização administrativa interna do órgão protecionista. Podemos interpretá-lo como um dos profissionais responsáveis pela transmissão e difusão ao longo do tempo de um saber indigenista formado a partir de uma história de vida de atuação governamental junto aos índios. Darcy Ribeiro o inclui na listagem que promove de indigenistas ilustres: “Dentre os oficiais do Exército que, depois de participarem das missões comandadas por Rondon no interior do país, se orientaram para a carreira indigenista, queremos destacar alguns nomes: Antonio Martins Estigarribia, capitão de engenharia que abandonou a carreira militar para dedicar-se inteiramente ao Serviço de Proteção aos Índios onde exerceu todas as funções”. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização – a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.508.

indissociáveis de um conjunto administrativo indigenista: os objetivos dos postos indígenas¹³¹ do SPI estão sintetizados nesta indissociabilidade.

Tal fato nos faz pensar que a “proteção” aos índios não era um elemento que se pensava de modo autônomo, como talvez alguns possam compreender atualmente. Era um elemento que não era pensado isolado de outras questões, mas sim, sempre relacionado a outras coisas. O argumento da proteção não era o aspecto primordial que fazia mover os mecanismos da intervenção do Estado republicano sobre aquele espaço geográfico: os dirigentes das frentes de expansão estatais que consolidavam o desenvolvimento agrário da região encontravam no mote da proteção das terras e populações indígenas o álibi que possibilitava o seu contínuo movimento. Pensar os índios e suas terras significava pensá-los articulados à questão da produção agrária. O fracionamento entre elas é algo atual, que se fez historicamente.

Na segunda página de seu relatório Antonio Estigarribia nos informa sobre seus trabalhos de inspeção:

Conseguí visitar durante o anno a Povoação Indígena de São Lourenço, Posto Indígena do Perigara, aldeias do Corrego Grande (...) todos de índios Bororos e marginaes do Rio São Lourenço; no Sul do Estado os postos de Cachoeirinha e Bananal, de índios Terenas e Posto do Lalima, de índios Guaycurús, a aldeia do Passarinho de índios Terenas, no município de Miranda e Nioac, aldeias de índios Cayoás, no município de Ponta-Porã; no Nordeste e Norte, o Posto dos Bacahirys, de índios Bacahirys, as aldeias do Paranatinga e Rio Novo, também de Bacahirys e o Posto de Pedro Dantas, de pacificação dos índios Cajabis. Não me sobrou tempo, nem tive recursos, para visitar o Posto Fraternidade Indígena, de índios Barbados, e o posto de protecção e defesa de Villa-Bela, para índios Cabixis.¹³²

Cabe-nos apontar a presença de uma ausência: o relator não menciona a parte noroeste do Mato Grosso e também não faz menções ao posto indigenista de Utiarity apesar de estar incluído na listagem de postos da região. A partir daí deduzimos que o posto não recebeu a visita do inspetor no ano de 1923. Tal observação nos remete à continuidade na década de 1920 da administração conjunta de Utiarity pela Inspeção do SPI – através do custeamento do posto – e pela Comissão Rondon – a responsável direta pela fiscalização do posto.

¹³¹ Daqui em diante postos indígenas – unidades administrativas locais do SPI – serão designados como postos indigenistas, a fim de acentuar o seu caráter governativo.

¹³² Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1458.

No entanto, Antonio Estigarribia menciona os índios Cabixis – etnônimo atribuído aos Paresí do grupo Kozárini – que estavam sendo “protegidos” no posto de Vila Bela, situado no noroeste do estado. O inspetor revela a intenção de realizar a inspeção deste posto; não possibilitada pela falta de tempo e recursos.

Tal observação nos sinaliza que a região noroeste do estado não estava toda a cargo da Comissão Rondon, responsável pelo comando da 4ª zona administrativa da Inspetoria, como seríamos induzidos a pensar pelas evidências coletadas até aqui: Vila Bela constitui um exemplo de um posto indigenista, fundado na região de atuação da Comissão de Linhas Telegráficas, mas que detinha a especificidade de não ter sido construída ali nenhuma estação telegráfica. Os Paresí locais não eram os “dóceis” índios de Rondon¹³³; desta maneira a fiscalização direta sobre eles recaía sobre a Inspetoria.

Após seus apontamentos iniciais, o inspetor relata sobre as atividades desenvolvidas com os índios Bororo na povoação indígena de São Lourenço:

Os rios em cuja margem assentam suas aldeias sendo riquíssimos de peixes e por toda parte encontrando palmeiras que fornecem cocos comestíveis e líquido para a ‘chicha’ pouco lhes falta para ser o povo feliz a quem a alimentação sólida, como as outras, é fácil e gratuita. Dahi sua complicada organização festeira, em que dão consumo a dose de atividade que lhes sobra no fácil grangeio da vida. E dahi também decorre dificuldade em inculcar-lhe o hábito de trabalho systemático tão facilmente adoptados pelos Bacahirys, pelos Terenas e Cayoás e até mesmo pelos Barbados. Isso não quer dizer que o Bororo não trabalhe, mas, tendo de pescar, de caçar e de fazer as festas intermináveis que precedem e sucedem as caçadas ou pescarias, pouco tempo resta para o trabalho da lavoura, de que pouco carece. (...)

Vê-se que em São Lourenço estamos em face de uma tribo de transformação difícil, exigindo de nossa parte a procura de processos muito especiais para incorporá-la ao nosso meio e não ficar como a dos Guatóz, de eternos canoieiros, inadaptáveis e de protecção difícil.

Temos que levar em consideração a antiguidade de seus usos, no qual recaem os bororos educados fora, logo que regressam a tribo. Uma colonização que os enquadrasse em elementos nacionaes, moralizados e modestos, talvez ajudasse muito. Mas surge ahi uma dúvida: taes gentes não se transformariam em disfarçados exploradores dos índios, fazendo delles seus trabalhadores, pelos processos geralmente adoptados em Mato Grosso?¹³⁴

O inspetor nos revela uma prática indigenista que devemos interpretar como sendo um dos principais pilares da política estatal do SPI: a inculcação de hábitos de trabalho sistemático. A formação dos índios dentro de uma cultura

¹³³ Ver obra citada de Maria Fátima Roberto Machado.

¹³⁴ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1458.

sistemática de trabalho nos padrões nacionais deve ser compreendida como exemplo de uma prática indigenista pela qual se buscava materializar a nacionalização dos índios.

O trabalho da lavoura é o tipo de trabalho padronizado nos moldes nacionais sobre o qual o inspetor indigenista desejaria ver os índios empenhados. Apesar de afirmar os índios enquanto trabalhadores, o inspetor lamenta que as prioridades deles sejam outras: a dinâmica da organização social indígena que antecedia a intervenção territorializadora do Estado continuava a prevalecer. A constatação deste fato inquietava o inspetor e o fazia repensar técnicas mais apropriadas de incorporar os índios ao meio nacional.

Devemos perceber que, mesmo ao tecer comentários sobre os tipos de práticas que deveriam ser aplicadas a grupos indígenas específicos – neste caso os Bororo – visando sua nacionalização, o inspetor está se referindo aos índios de uma maneira geral: a ótica homogeneizante do índio enquanto sujeito singular – o “índio genérico” – sustentava sua visão. Independentemente dos grupos étnicos a que pertenciam, para o agente indigenista tais práticas eram passíveis de ser aplicadas a todos os grupos indígenas, e desta ótica generalizante decorre a comparação traçada pelo inspetor entre os Bororo e os povos de outras etnias.

Transparece no relato a dificuldade da desejável transformação dos índios, o que nos sinaliza a força cultural das atividades “tradicionais”¹³⁵ indígenas como a caça, a pesca e a organização de cerimônias festivas. Atividades estas que eram rotineiramente praticadas a despeito da presença indigenista. No processo em curso de reorganização social e territorial a partir da fundação de unidades indigenistas protecionistas dentro de terras indígenas, os índios não cessavam de reproduzir seus usos e costumes – também em dinâmica e constante reformulação.

¹³⁵ Nos estudos históricos de temática indígena é de fundamental importância sempre levar em consideração a possibilidade das comunidades indígenas já possuírem uma bagagem cultural de experiência de vida entre sociedades e grupos de não-índios. Acreditamos que os índios sobre os quais recai o foco deste trabalho – os habitantes da região do Mato Grosso na 1ª metade do século XX -, mesmo os que viviam em aldeias nas florestas, aparentemente isolados e ainda que não demonstrassem explicitamente, já haviam experimentado diferentes formas de (con)vivência com a sociedade nacional, de trocas culturais, de transformações comportamentais, de modificações nos hábitos e costumes, resultantes de contextos históricos próprios e do contato com agentes sociais específicos. Interpretar que tais indígenas estivessem vivendo sob costumes tradicionais é uma forma equivocada de compreender a situação social daqueles grupos, na medida em que entendemos que identidades e tradições culturais estão permanentemente sob um processo de reelaboração.

Simultaneamente apropriavam-se à sua maneira dos novos hábitos introduzidos pelos agentes externos representantes do Estado brasileiro.

O relator faz menção a índios Bororo que teriam sido educados fora de suas aldeias e dos postos, nos meios “civilizados-nacionais”. A prática indigenista de levar certos indivíduos indígenas para receberem uma educação formal num ambiente social bastante distinto daquele vivido pelos índios nos sertões não era rara¹³⁶.

Levar índios a capitais de estados – cidades economicamente mais desenvolvidas e por isso tidas como mais civilizadas – e mesmo à capital federal – eram práticas recorrentes das autoridades indigenistas. A utilização de tais expedientes estava baseada na crença de que os nativos dos sertões trazidos para ambientes urbanos ao serem submetidos a um processo formal de educação institucionalizada poderiam internalizar de uma maneira mais sólida os padrões culturais nacionais.

A tática indigenista seria posta à prova quando do regresso de tais índios – geralmente lideranças indígenas reconhecidos por índios e indigenistas como tais – aos sertões, aos postos e as aldeias. Era esperado destes índios que exercessem sobre suas comunidades étnicas uma influência cultural no sentido de convencê-los das benesses adquiridas na experiência da vivência nos “polidos”¹³⁷ meios nacionais.

Qual não seria o espanto do inspetor ao constatar que tais práticas indigenistas não obtinham os resultados planejados? Ao se referir à “antiguidade” dos usos e costumes indígenas revela que os índios levados para fora não deixavam de lado seus antigos hábitos ao regressar às suas terras. A civilidade que supostamente adquiriam na vivência prolongada nas cidades não se sobrepunha aos usos locais de seu grupo de origem. O fato de apropriarem-se do aprendido no ambiente social organizado nos moldes nacionais não impedia os índios de

¹³⁶ Sobre tais práticas aplicadas sobre índios Paresí ver tese de doutorado citada de Maria Fátima Roberto Machado.

¹³⁷ Uma associação possível do termo “polidos” se dá com o conceito de “pólis” que remete à idéia de civilidade: a cidade como o lugar da realização da civilização. Como os indigenistas acreditam estar em andamento o processo de transformação dos indígenas do estado natural para o estado civil – ou conforme os princípios positivistas, do estado fetichista para o estado civilizado –, a instrução dos habitantes nativos no ambiente social da cidade era visto como método eficiente para introduzi-los no meio ocidental-nacional e na vida civilizada.

simultaneamente continuar a reproduzir culturalmente seus próprios meios de viver em sociedade, quando de volta à vivência entre os grupos indígenas.

Podemos enxergar no fragmento uma menção direta à idéia de colonização associada à uma idéia de enquadramento. Colonizar está também aqui intimamente ligada à idéia de nacionalizar. Por meio do enquadramento – termo bastante expressivo do perfil autoritário dos funcionários do SPI e das políticas indigenistas aplicadas – dos índios no modelo ideal de cidadão-nacional a colonização do espaço e da população regional tomaria forma.

A imposição de uma política colonizadora a grupos humanos num contexto republicano nos leva a refletir sobre a especificidade da historicidade de tais ações. O contexto histórico nos ajuda a compreender a própria associação que faz da colonização e da nacionalização processos intrinsecamente relacionados. Os oficiais indigenistas interpretados como agentes republicanos-colonizadores se esforçavam por cumprir uma missão militar seguindo uma orientação político-doutrinária positivista¹³⁸.

Nacionalizar os sertões brasileiros e seus habitantes indígenas significava submetê-los à ordem e ao progresso. Colonizar o espaço geográfico re-modelando o seu ordenamento territorial possibilitava o progresso brasileiro rumo a um ideal de nação: mais especificamente, o ideal positivista de nação. As sociedades indígenas enquadradas num modelo territorial adequado às práticas de governo poderiam enfim ser submetidas a um processo civilizatório. O desejável progresso da nação passava pelo esperado progresso dos índios.

O lema positivista inscrito na bandeira da República brasileira – Ordem e Progresso - nos possibilita uma diferente interpretação daquilo que evoca quando vislumbrado não em seu caráter simbólico, mas sim, em seu caráter pragmático percebido na política de governo aplicada aos índios. Eis o lema em sua versão integral: O Amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim. A discrepância entre a teoria e a prática positivista nos permite uma outra leitura: onde lê-se amor, leia-se “a idéia de superioridade”; onde lê-se ordem, leia-se o “autoritarismo”; onde lê-se progresso, leia-se o “Estado positivo”.

¹³⁸ Ver capítulo II sobre breves considerações a respeito das relações entre o exército e o positivismo. Uma reflexão sobre as conexões entre uma orientação positivista no Estado liberal da Primeira República será vista mais adiante.

No fragmento destacado há ainda uma inquietação por parte do inspetor Estigarribia que diz respeito à possibilidade dos índios educados fora virem a se tornar exploradores do trabalho dos índios dos sertões. Por trás destas especulações está a “fé” indigenista na crença de que a educação nos meios nacionais exerceria transformações mais profundas do que de fato eram constatadas na realidade: os índios, se por ventura viessem a deter a consciência de terem sido submetidos a um processo de modificações de costumes – onde deixavam de ser índios e se tornavam elementos nacionais, portanto indivíduos melhorados e superiores – poderiam vir a querer tirar proveito desta nova condição a que foram alçados.

Aqui há de ser realizada uma distinção: uma coisa é a visão indigenista sobre o processo de transformação de índios que acreditavam estar em curso e a consciência que imaginavam que os indígenas detinham sobre tais processos. Outra coisa bastante diferente é a visão indígena sobre as implicações dos projetos governativos em que se viam inseridos e a consciência que formariam para si a partir da vivência destes processos.

A perspectiva do inspetor só faz sentido se percebida enquanto produto do pensamento do indigenista sobre as próprias práticas indigenistas. Bem distintas seriam as percepções indígenas sobre as diversas formas de se apropriar do intercâmbio político-cultural configurado a partir da intervenção governamental na organização sócio-territorial de seus grupos étnicos.

O relator ao se referir aos processos geralmente adotados em Mato Grosso acaba por nos revelar que a exploração do trabalho indígena era prática comum àquele estado. No seu modo de pensar indigenista associava automaticamente o fato dos ditos civilizados – fazendeiros, seringueiros e autoridades locais – explorarem índios nas relações de trabalho praticadas no estado ao fato dos indígenas, supostamente tornados civilizados, poderem vir a se tornar exploradores dos outros nativos. É possível que tais previsões pudessem ser concretizadas, mas as ações indígenas certamente não estariam balizadas nesta lógica de raciocínio indigenista.

No relatório do ano passado [1922] dei a opinião que me parece mais acertada para o caso do aproveitamento prático dos índios aqui: “Instalação de machinas de manejo manual ou animal, para beneficiamento de mandioca, cana e milho é, no gênero indústria o mais que aconselho se faça em Mato Grosso”. “O mais necessário de accordo com o homem e com o meio, tanto social como physico, é

a criação de bovinos”. “Organizar essa criação ao lado de pequena lavoura, provida de machinas simples de beneficiamento, ordinariamente quanto baste para o consumo, deve, penso eu, ser o programa desta Inspectoria”.¹³⁹

Falando do estado do Mato Grosso como um todo, o inspetor - do alto de seu cargo de comando - nos apresenta a sua visão de qual deveria ser o programa da Inspetoria indigenista no que concerne o aproveitamento prático dos índios da região, ou seja, a sua força de trabalho. Podemos visualizar a partir desta passagem do relatório tal caráter programático que orientava as atividades a serem desenvolvidas nos postos indigenistas e a maneira pragmática de inserir os indígenas nestas atividades.¹⁴⁰

Visualizamos assim as características que os agentes indigenistas esperavam que fossem incorporadas pelos índios trabalhadores dos postos da Inspetoria a fim de torná-los índios agricultores e índios criadores de animais. Tal constatação não corresponde à idéia de que tais indígenas nunca tivessem praticado a agricultura ou que no passado já não pudessem ter sido criadores de bovinos ou equinos. A especificidade deste momento histórico é que eles começavam a exercer tais atividades de uma maneira sistematicamente organizada nos padrões indigenistas-nacionais do século XX.

A questão da exigüidade das verbas sempre vinha à tona nos relatórios dos inspetores do Mato Grosso:

A verba da Inspectoria, que é insuficiente para acudir simultaneamente a índios situados nos seus quatro pontos cardinaes, não sobrando nada para dotá-los de um patrimônio que lhes assegure o futuro, essa verba se fosse aplicada sucessivamente, iria a cada anno, beneficiando suficientemente um certo número de tribos e acabaria, decorridos alguns annos, servindo bem a todos.

Assim como vamos fazendo, acudindo ao mesmo tempo a todos, servimos mal a cada um, e cremos, em todos, descontentes; porque não comprehendem que nos hajamos instalados entre elles para só lhe darmos migalhas. Se ao lado do belo programa brasileiro de proteção aos índios dispuséssemos das dotações norte americanas, em poucos anos estaria tudo resolvido. Mas com o pouco dinheiro de

¹³⁹ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1460.

¹⁴⁰ É conveniente mencionarmos que as inspetorias espalhadas pelo território nacional detinham autonomia de ação – um poder decisório – o que as distinguia, dentro da estrutura administrativa interna do SPI, dos postos indígenas. Cada Inspetoria indigenista também adquiria modelos particulares de ação de acordo com a região em que estavam localizadas, no que diz respeito ao clima, a topografia e aos diferentes costumes culturais com os quais tinham que lidar. Em 1910 eram 13 as inspetorias do SPI; em 1911 eram 10, e no pós-1914 eram 6. Há de se considerar que em determinados momentos algumas inspetorias fundiam-se com outras, assim, não necessariamente a diminuição do número total de inspetorias implicava na diminuição de regiões assistidas pelo SPI. Ver apêndices da obra citada de Antônio Carlos de Souza Lima.

que dispomos, dividido por um número excessivo de tribos, a diluição é fatal; pouco poderemos fazer. (...)

Expedições de visitas a novos índios, despesas com o posto dos Cajabis, já não falando nos grandes gastos do Posto dos Bacahirys e auxílio de 16:000\$000 à Comissão Rondon para o Posto de Uturity, tudo isso faz com que a verba da Inspeção carecesse de socorro, e grande, antes do fim do anno.¹⁴¹

Assim como pudemos notar nos documentos trabalhados anteriormente as despesas da inspetoria sempre são tornadas motivos de preocupação para aqueles encarregados de administrá-las. A insuficiência das verbas fazia com que o inspetor repensasse as melhores maneiras de gerir os recursos que tinha em mãos. Quero apontar com isto que a falta de verbas poderia implicar na alteração das práticas indigenistas planejadas.

Utilizando um discurso retórico e repleto de insinuações que associava a carência de recursos ao descontentamento dos indígenas e ao contraste com a política indigenista dos EUA, o relator aproveitava a ocasião para pleitear um maior repasse monetário da Diretoria nacional do SPI para aquela Inspeção regional.

No contexto desta dissertação é relevante notar que o inspetor mencione o auxílio dado à Comissão de Linhas Telegráficas para a gestão do posto indígena de Uturity, atribuindo a esta ajuda financeira uma das razões para a carência de verbas da Inspeção. Além de nos revelar sobre a continuidade da parceria administrativa entre a Inspeção do SPI e a Comissão Rondon nesta década de 20¹⁴², a análise deste fragmento nos permite visualizar a situação local de Uturity associada à situação geral da Inspeção.

Ainda que desejasse sinalizar à direção do SPI que o auxílio dispensado à Comissão poderia estar sobrecarregando as despesas da Inspeção, podemos perceber que a manutenção do Território Indigenista Uturity constituía uma preocupação administrativa para o inspetor. Daí podemos inferir que as atividades empregadas nos postos indigenistas sob a responsabilidade da Comissão Rondon – como é o caso de Uturity – dependiam do SPI e, portanto estavam imersas no programa da Inspeção.

¹⁴¹ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1460-1461.

¹⁴² Seria conveniente rememorar que a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas não mais construía novas linhas ou estações telegráficas desde 1915 quando seus trabalhos se deram por finalizados. Entretanto, a administração das estações construídas continuava a pleno vapor.

Continuando suas considerações a respeito do índios Bororo, o inspetor relata:

Habitados ao péssimo regime de ser presenteados, convenceram-se de que tudo o que o Governo envia para a Povoação é para lhes ser dado imediatamente. A maior queixa das mulheres, é de não deixar o encarregado que elas comam as novilhas mandadas para criação! O fornecimento de roupas é também difícil, não havendo que chegue, não só pelo mau tratamento, como por negociarem-na por ninharias com outros índios que por lá aparecem. Além disso, gostam, quando há visitas, de se apresentarem nus, para forçarem o fornecimento novo de roupas! São assim os Bororos da Povoação: os das outras aldeias e do [posto] Perigara tem outro proceder. São Lourenço ressentia-se e ressentia-se muito da ausência de senhoras dedicadas às índias, únicas que poderão agir no sentido de lhes ensinar hygiene, limpeza e outras prendas femininas; sem o que nem elas nem os índios nunca se modificarão.¹⁴³

Aqui podemos vislumbrar um grande cenário de táticas indigenistas sendo desvirtuadas por ações indígenas. A oferta de “brindes” constituía a tática crucial dos agentes estatais no processo inicial de estabelecimentos de contatos e aproximações com os grupos indígenas alvos da “proteção” do governo federal. Apesar do êxito inicial destas iniciativas de contato o inspetor acaba por atribuir uma visão negativa ao prolongamento da prática de distribuição de “presentes”.

Hábitos introduzidos pelos agentes do SPI passam a ser considerados péssimos a partir do uso próprio que os indígenas faziam deles. Os índios reivindicavam para si aquilo que consideravam ser-lhes de direito uma vez que haviam permitido que os agentes do governo se instalassem entre eles. Novos problemas decorrentes da intervenção da Inspetoria na organização social de diversos grupos étnicos – como estas expectativas em relação às demandas por mercadorias infundidas nos índios a partir da vivência conjunta com indigenistas – são sintomas sociais inerentes à formação de novas conjunturas e configurações territoriais – como a imposição de uma nova territorialidade aos indígenas através de sua atração para os postos indigenistas.

Práticas indígenas deturpavam por inteiro às finalidades do projeto assistencialista do SPI. O fornecimento de roupas – práticas indigenistas – para a utilização dos índios passava a ser um expediente ineficaz a partir do momento em que os índios enxergavam na venda ou troca destas mesmas roupas a possibilidade de negociarem segundo seus critérios junto a outros índios ou

¹⁴³ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1463.

mesmo outros não-índios. A negociação de roupas – práticas indígenas – pode ser interpretada como o produto de uma dinâmica social colocada em movimento a partir de um modo próprio dos índios enxergarem a situação em que estavam inseridos.

Estas ações indígenas eram mal vistas pelo inspetor, pois subvertia aquilo que era considerado uma das finalidades primordiais da distribuição de roupas: a nacionalização dos índios através da repressão à nudez. A nudez explícita – costume cultural de diversos grupos indígenas – era possivelmente interpretada pelos indigenistas como um ataque aos “bons costumes”, uma agressão à moralidade nacional, o inverso do significado da civilização. Vestir os índios, cobrir seus corpos, significava ocultar a nudez e acabava por induzi-los a adotar padrões culturais distintos dos seus.

A domesticação do corpo indígena¹⁴⁴ através do uso de vestimentas estilizadas nos padrões nacionais possuía uma função estratégica dentro do programa de civilização dos índios levado a cabo pelo SPI. Uma vez que os agentes do governo detinham a consciência da importância atribuída pelos índios às suas pinturas corporais – através das quais os nativos imprimiam marcas culturais e simbólicas extremamente relevantes para a constituição de suas identidades étnicas –, cobrir os corpos era uma tática indigenista que visava à despersonalização dos indígenas.¹⁴⁵

Apresentarem-se nus diante de visitantes dos postos constitui outro exemplo expressivo de como os indígenas elaboravam táticas próprias para obter aquilo que desejavam, neste caso, um novo fornecimento de roupas. É nítida a inquietação do inspetor em relação a estes acontecimentos imprevistos pelo

¹⁴⁴ Sobre o corpo indígena ver FLORENCIO, Thiago. **A busca da salvação entre a escrita e o corpo: Nóbrega, Léry e os Tupinambá**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História/PUC-Rio, 2007.

¹⁴⁵ Devemos saber que simultaneamente à aplicação de políticas indigenistas sobre os índios, ocorria o trabalho etnográfico de etnólogos contratados pelo SPI, parte constitutiva de seu quadro de funcionários e que não eram frequentemente citados nos relatórios oficiais. O estudo de campo realizado por tais profissionais, naquele contexto histórico, tinha por finalidade fornecer dados e informações estratégicas aos membros do órgão protecionista acerca das especificidades culturais e da organização social dos grupos indígenas. Colaborando com o governo e fazendo sugestões sobre os métodos mais eficazes de colocar em prática as políticas indigenistas, estes antropólogos – em grande parte americanistas advindos de universidades européias – desempenhavam papel importante na configuração do quadro colonizador. Visualizamos a partir destas observações as articulações entre antropologia e poder. Ver FABIAN, Johannes. **Time and the Other: how anthropology makes its object**. New York: Columbia University Press, 1983.

planejamento indigenista. A tais acontecimentos protagonizados pelos índios decorria, senão um replanejamento, ao menos um questionamento dos agentes protecionistas sobre as próprias práticas indigenistas em voga.

Repensando estratégias indigenistas a partir das ações indígenas o inspetor passa a tecer considerações acerca da necessidade de inserir mulheres não-indígenas para desenvolver atividades dentro dos postos. Tratava-se de pensar na utilidade da contratação de indigenistas do sexo feminino.

Uma das táticas utilizadas pelos inspetores era a de convencer trabalhadores não-indígenas dos postos a fazer dos estabelecimentos a moradia temporária de sua família. Assim os índios passariam a conviver com casais – civilizados não-indígenas, exemplos de família-padrão – no dia a dia dos postos e desta maneira as mulheres não-índias poderiam atuar localmente em prol da adoção de hábitos civilizados pelas índias locais. Era intenção explícita do indigenismo - e explicitada no texto do inspetor - promover modificações nos costumes indígenas.

Outro caminho era a prática comum de contratar mulheres para o cargo de professoras nas escolas dos postos, muitas vezes sendo elas, esposas de encarregados dos postos. Estas professoras acabavam por exercer funções extra-escolares, pois, tendo o posto como moradia, podiam cotidianamente se aproximar principalmente das índias – sobre as quais os homens indígenas exerciam grande zelo e proteção não permitindo o contato próximo com os agentes do governo, que eram em sua grande maioria homens – e lhes ensinar costumes civilizados na expectativa de que os retransmitissem aos seus maridos.

Ao discorrer acerca da utilização da lancha denominada Rosa-Bororo, embarcação que prestava serviços indispensáveis ao desenvolvimento das atividades locais da Inspetoria, o inspetor revela:

Esta excelente embarcação continua a prestar serviços e a provar que não há nestes rios nenhuma outra que melhor se lhes adapte pelo seu calado reduzido. Esteve todo anno no Serviço da Comissão de que é chefe o snr. General Rondon, conduzindo as cargas que elle determinou para os trabalhos a seu cargo. Nessas viagens conduzia também o que tínhamos a mandar para os Postos e Aldeias de São Lourenço.

A Comissão sob a chefia do snr. General apenas fornecia dinheiro para lenha, lubrificantes e despesas de beira de rio, correndo o grosso da alimentação por conta da Inspetoria. E esses gastos devido ao acréscimo de pessoas que as exigências do Serviço que o snr. General dirige acumulavam a bordo, e devido

também aos preços que atingiram os gêneros, subiu a importância que pesou demasiado na verba respectiva.¹⁴⁶

Este fragmento reforça a idéia de permanência ao longo do tempo das relações administrativas entre o “Serviço da Comissão Rondon” e a Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios. As duas repartições dividiam a mesma embarcação e os custos relativos à sua utilização. A lancha era usada simultaneamente pelas equipes empregadas nos dois aparelhos de poder o que nos sinaliza a formação de uma rede interpessoal administrativa, onde tais profissionais exerciam uma colaboração mútua visando o desenvolvimento das atividades indigenistas.

Em 1923 o militar Rondon já aparece referido como general, distinguindo-se do relatório de 1918, onde ainda era apresentado como coronel. Subindo na hierarquia militar, não apenas pelas atividades desempenhadas junto aos índios, mas também por outros serviços prestados à nação, Cândido Rondon angariava para si maior capital político, o que o possibilitava agir com maior autoridade e autonomia frente a seus subordinados locais e às sociedades indígenas englobadas sob a esfera do poder governamental. Todavia, a força político-simbólica de Rondon estava menos na sua aparente onipresença – meticulosamente construída nos relatórios da Inspetoria – do que na sua capacidade como dirigente de articular os vínculos de trabalho que faziam com que os funcionários da Comissão e do SPI agissem cooperativamente.

Antonio Estigarríbia passa a relatar sobre os trabalhos desenvolvidos nos postos localizados no sul do estado. Referindo-se ao Posto do Bananal nos traz informações interessantes para o contexto da dissertação:

Este posto habitado pelos excelentes índios Terenos vai em franco progresso e maior fôra se tivéssemos conseguido montar ahí, mais do que montamos, mais algumas machinas de beneficiamento.

Já não existe a contenda religiosa, vivendo a administração do Posto e a missão Protestante que ali opera na melhor harmonia, a primeira cuidando de tudo e de todos e a segunda cuidando da propagação e instrução doutrinária entre os que livremente a querem ouvir.

Os índios Terenos geralmente são bons e trabalhadores; os que abraçaram o protestantismo têm a melhor o não beberem.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1466.

¹⁴⁷ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1467.

A complexidade da questão regional como um todo pode ser percebida nesta passagem destacada do documento. A Inspetoria do SPI não tinha que negociar e estabelecer relações políticas de convivência pacífica apenas com missões religiosas católicas – como a dos salesianos –, mas também com catequizadores protestantes. O inspetor demonstra certa aceitação com a instrução doutrinário-religiosa a qual os índios estavam submetidos¹⁴⁸.

Na teoria esta tolerância de Estigarribia ia de encontro aos princípios positivistas que orientavam as ações dos agentes do órgão indigenista. Na prática a dinâmica social vivenciada no posto requeria uma postura diferente: o raciocínio do inspetor positivava a atuação local do protestantismo dado que a influência exercida sobre os índios acabava por lhes afastar do uso de bebidas alcoólicas. O consumo constante da aguardente era uma das práticas que levavam os indígenas a serem enquadrados na categoria dos que viviam em promiscuidade¹⁴⁹ com os civilizados, portanto mais distantes de serem alçados ao patamar superior da evolução social imaginada pelo positivismo.

A convivência harmoniosa e a inexistência de contendas religiosas devem ser vistas como produto de um jogo político situacional entre o órgão estatal laico e a missão protestante: o fato dos índios não beberem beneficiava a produtividade do trabalho e o progresso material do posto. A realidade pragmática tendia a conciliar as divergências teóricas.

Ainda sobre Bananal, o inspetor discorre:

Tendo o Estado que luta com falta de recursos, acabado com a escola pública que ali mantinha, a Inspetoria tomou a si este serviço desde 1922. Nesse anno fundou-se uma escola para os dois sexos a cargo do encarregado, snr. Felipe Francisco da Costa.

¹⁴⁸ É necessário reforçar que a submissão referida tem o sentido de constatar a influência cultural da religião evangélica sobre os índios. No entanto a idéia de submissão não implica numa atitude passiva dos indígenas frente aos símbolos cristãos e pregações dogmáticas. Os nativos, apropriando-se à sua moda dos ensinamentos religiosos dos agentes externos, não deixavam de lado suas próprias crenças mitológicas e religiosidades específicas. Ver VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁴⁹ Uma categorização relacional dos povos indígenas já estava presente em 1911 no projeto de lei de autoria de Manoel Tavares de Costa Miranda (chefe da 2ª Subdiretoria do SPILTN) e do 1º tenente Alípio Bandeira (Inspetor do Serviço no estado do Amazonas). Esta proposta de lei foi encaminhada à Câmara dos Deputados em 1912 e resultaria na regulamentação da tutela em 1928. O estabelecido no segundo artigo do decreto nº5484/1928 segue transcrito: “Artigo 2º. Para os efeitos da presente lei são classificados nas seguintes categorias os Índios do Brasil: 1º, índios nômades; 2º, índios arrandrados ou aldeados; 3º, índios pertencentes a povoações indígenas; 4º, índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados.” Ver LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit., p.124.

Como aumentasse o número de alumnos, achei conveniente crear mais uma escola, separando ao mesmo tempo os sexos. Para professora foi nomeada a snra. Anna Rosa Teixeira da Costa. Fundei também uma escola noturna, dirigida pelo mesmo encarregado, destinada aos índios adultos, que tem o seu dia ocupado. Os bons resultados têm sido verificados em minhas inspeções (...).¹⁵⁰

O que Antônio Estigarribia está desenvolvendo aqui é a sua percepção de indigenista quanto à necessidade de fundação de escolas. A instituição escolar era vista como uma unidade administrativa estratégica para a nacionalização – disciplinarização nos moldes nacionais - dos índios locais. A Inspetoria acabava tomando para si a função de criar escolas para índios uma vez que o governo local não se mostrava capaz de gerir e manter as escolas públicas existentes na região, que pelo sinalizado podiam também ser freqüentadas por indígenas.

A partir do fragmento identificamos a existência de quatro tipos de escola que a Inspetoria do SPI se responsabilizava em criar, adotando para si esta prática como experiência que tinha a potencialidade de ser aplicada em outras zonas do estado do Mato Grosso: 1) escola para crianças indígenas e filhos de trabalhadores do posto não-índios; 2) escola só para crianças índias: a) escola mista [ambos os sexos] b) escola não-mista [meninos e meninas separados]; 3) escola noturna para adultos indígenas.

Estes diferentes modelos de escola já poderiam estar em funcionamento em Mato Grosso; cada posto com o tipo de escola mais adequado aos índios locais governados e à dinâmica específica do estabelecimento indigenista¹⁵¹. O que importa é sinalizar que a fundação de novas escolas constituía uma preocupação administrativa inerente às atividades da Inspetoria.

Numa região bem próxima de Bananal estava situado o Posto do Lalima. Como na maioria dos postos a questão das terras era um vetor de intensas disputas políticas:

No patrimônio de Miranda há a Aldeiola chamada de Passarinho, cujas terras, por entendimento direto do Auxiliar Roberto Werneck com a Intendência, foram reservadas e medidas, carecendo apenas de arame e cerca, para, segundo o acordo, ser ultimada a cessão. Moram ahí cem índios. No lugar chamado Invernada do Burity, nos limites da fazenda de Correntes, há uma aldeia com [] 20 índios com criação de 400 equinos e 180 bovinos. Temos lutado com dificuldades para obtenção das terras desses índios, devido a interferência dos

¹⁵⁰ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1468.

¹⁵¹ Em Utiarity funcionava um internato desde os primórdios da instalação da estação telegráfica local. Suas especificidades serão discutidas mais adiante na dissertação.

insaciáveis açambarcadores, cujo processo mais inocente é a mentira e a falsificação que ao lado do prestígio, confessável ou não, junto dos governos, tornam-nos quase invencíveis. A tendência à espoliação dos índios é tão confessada, sentimo-nos tão sem apoio, neste meio em que os poderes dirigentes e a opinião são cruelmente favoráveis aos espoliadores, sob pretexto de que os índios sendo indolentes, estão desperdiçando as terras onde moram, que somos tentados a aconselhar que se armem e resistam a bala aos que por qualquer maneira quiserem se apoderar de suas terras. Aliás essa gente, não se cansa de preparar a opinião por seus jornais, no sul do estado, e de apelar para o comando do Distrito, dizendo que os índios se armam e pretendem ou já estão atacando os fazendeiros. Tudo mentira: provocam a reação, para atirar contra os índios as baionetas do exército, a pretexto da manutenção da ordem.¹⁵²

A obtenção de terras para os índios, ou melhor dizendo, para a criação de territórios indigenistas por parte do SPI, consistia quase sempre na deflagração de litígios prolongados. Como vimos no capítulo anterior, a reserva, a medição e a cessão de terras faziam parte de processos judiciais muito demorados, pois os interesses econômicos em torno da questão agrária regional tendiam a instigar grandes contendas políticas¹⁵³.

A tradicional representação dos agentes do SPI como incansáveis defensores dos direitos indígenas e abnegados batalhadores da causa indígena encontra seu espaço neste relatório de 1923. Ao mesmo tempo em que os servidores indigenistas auto-construíam a imagem de protetores dos índios ameaçados pelas frentes de expansão econômica – agrícola e pastoril – comandadas por elites agrário-oligárquicas, também construíam a idéia desta população regional como antipática aos indivíduos indígenas e como promotores de um desenvolvimento local inescrupuloso e desumano que consistia em atropelar populações indígenas invadindo seus territórios.

O SPI através do apelo protecionista constitutivo das representações discursivas de seus inspetores regionais procurava desvincular sua imagem institucional dos interesses econômicos das elites agrárias regionais. Todavia, o fato é que os interesses políticos dos servidores indigenistas estavam estreitamente

¹⁵² Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1471-1472.

¹⁵³ Convém lembrar que a Comissão Rondon e o SPI não possuíam o livre aval de obtenção de terras apenas por serem órgãos representantes do estado nacional. Tudo havia de ser negociado política e juridicamente no âmbito regional junto às autoridades locais dos governos municipais, junto ao governo estadual e aos proprietários de terras não-membros do governo, mas articulados ao poder. Como discutido também anteriormente, não eram raros os casos das próprias autoridades oficiais municipais e estaduais serem grandes latifundiários. No contexto histórico de um Brasil predominantemente rural e oligárquico, podemos afirmar que tais agentes sociais se tornavam autoridades exatamente porque eram grandes proprietários de terra.

articulados com os destes setores sociais dotados de intenções políticas aparentemente divergentes¹⁵⁴.

Interpretamos aqui que as equipes indigenistas do SPI constituíam uma frente de expansão estatal. O órgão tutelar com a finalidade de promover o desenvolvimento regional e incorporar territórios e grupos étnicos indígenas à nação utilizava-se do discurso protecionista para se diferenciar dos grupos de usurpadores regionais, ao mesmo tempo em que, de posse dos antigos territórios indígenas e articulados aos interesses das frentes de expansão não-estatais, organizavam o mercado de terras da região e a exploração de seus recursos naturais.

Não se pretende aqui “demonizar” a instituição indigenista e seus funcionários, mas apenas constatar que este aspecto da atuação do órgão era um mecanismo operante no sentido de orientar as práticas tutelares e moldar as relações que se constituíam entre os servidores e os grupos indígenas com os quais se conviviam nos postos¹⁵⁵.

Devemos compreender o relato sobre as tensões sociais vividas pelo inspetor como uma situação política circunstancial. Ainda que fossem recorrentes no discurso dos inspetores e apesar de serem dados da realidade, estas referências sobre enfrentamentos violentos de uma suposta aliança de índios e indigenistas contra a máquina do poder governamental do estado do Mato Grosso devem ser lidas pela ótica historiográfica.

A realidade social é um fenômeno dinâmico em constante metamorfose. Os interesses políticos em disputa se modificam – às vezes de forma abrupta – de acordo com o desenrolar dos acontecimentos em seu próprio tempo histórico. Ao constataremos o discurso do inspetor como uma representação interessada de uma circunstância histórico-política devemos estar sempre nos questionando sobre suas intenções.

¹⁵⁴ Cf. LIMA, Antônio Carlos de Souza. “O governo dos índios sob a gestão do SPI”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁵⁵ Certamente não estamos querendo dizer que as relações se moldavam de maneira unilateral, por isso, não podemos deixar de considerar as diferenciadas respostas indígenas a tais situações coloniais. Também há de ser dito, no contexto desta dissertação, que a face colonialista da empreitada protecionista do SPI não está situada em nenhuma escala hierárquica de relevância em relação ao impacto que exercia sobre os grupos indígenas. A face político-colonialista em seus aspectos econômicos é tão significativa, a meu ver, quanto a dimensão social das relações culturais resultantes das interações entre indivíduos indígenas e não-indígenas.

Uma das intenções da produção do relatório da Inspetoria indigenista consistia em sinalizar à diretoria do Serviço quem eram seus adversários políticos no âmbito regional. A inserção proposital deste cenário de violência no corpo textual do relatório fazia parte da estratégia discursiva do inspetor. Visando a superação dos embates, esperava desta forma que caminhos fossem indicados pelas autoridades do Serviço do âmbito nacional, orientando o proceder no âmbito regional. Desta forma novos arranjos políticos poderiam ser construídos a fim de dar continuidade às atividades indigenistas e garantir o controle para o SPI – ou seja, para o estado nacional - de determinadas porções dos territórios estaduais.

Outro fator complexificador da questão regional que contribuía para fomentar as adversidades políticas experimentadas pelos agentes do SPI dizia respeito à construção da opinião pública pela imprensa local. Os jornais que circulavam pela região aparentavam nutrir não pequenos rancores contra os indígenas, assim como explicitado no fragmento acima, e por sua vez, contra a atuação local da Inspetoria do Mato Grosso que se apresentava como órgão protetor dos nativos.

Na parte do relatório em que se refere aos índios Cadiueus, o inspetor desenvolve ainda mais a questão:

Ao sul temos a grande tribo dos índios Cadiueus aos quais ainda não conseguimos auxiliar sistemáticamente. Fornecemos-lhes por diversas vezes, ferramentas, roupas, mas é necessário estabelecermos-nos juntos deles para fiscalizar a ação dissolvente e maldeza que por lá exercem os que sonham com a posse das magníficas terras que o governo do snr. Almirante Antonio Pedro Alves de Barros concedeu-lhes.

Foram visitados pelo auxiliar Roberto Werneck, para verificar o que havia de verdade nas notícias alarmantes de Jornais do Rio sobre a formação de um novo “Contestado” por parte dos Cadiueus, ao tempo que o General comandante do Districto enviava para lá (...) uma força do exército.¹⁵⁶

Constatamos no relatório não só a atuação da imprensa regional – pelo demonstrado, geralmente contrária às ações do indigenismo oficial - mas também podemos visualizar a repercussão das questões regionais na imprensa da capital federal. A divulgação de notícias a respeito de assuntos indigenistas e das contendas políticas que envolviam grupos indígenas no Mato Grosso acabava por ajudar a formar a opinião pública no Rio de Janeiro.

¹⁵⁶ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1472.

A ressonância dos noticiários sobre a situação regional, representada pelos jornais da capital da república como cenário de possível formação de uma rebelião indígena, criava um clima político desfavorável às ações da Inspetoria do SPI. Pelo explicitado no documento, - a despeito do caráter sensacionalista que podemos imputar à imprensa fluminense – a história da Guerra de Canudos (1894-1897) e da Guerra do Contestado (1912-1915) ainda fazia parte do imaginário político-social da década de 20, principalmente no que diz respeito ao fato de tais “rebeliões” terem ocorrido em regiões sertanejas do Brasil.

O acontecimento político do “Contestado” foi interpretado na época do ocorrido como um novo “Canudos”, dado o caráter messiânico dos “movimentos” e a mobilização de sucessivas tropas oficiais do exército para combatê-los. O Contestado era representado assim como uma atualização de Canudos. Os enfrentamentos entre as forças militares do Estado e a população sertaneja do território baiano onde se localizava o Arraial de Canudos foram um fator de grande desgaste e inquietude política para o poder republicano constituído¹⁵⁷.

A associação que a imprensa fazia entre Contestado e Canudos, na década de 10 do século XX, tinha a finalidade – além de noticiar à sociedade - de alertar as autoridades centrais da república sobre a necessidade de intervir sobre as populações sertanejas. Contextualizado o imaginário político-social da década de 20, podemos visualizar o que estava em jogo no estabelecimento da associação entre o episódio histórico do Contestado e a questão presente das disputas de terras protagonizadas por índios Cadiueus na região sertaneja do território mato-grossense.

Os conflitos contra os Cadiueus começavam a ser representados como uma (re)atualização do Contestado e os índios passavam a ser representados como rebeldes. Tal fato era considerado alarmante pelo inspetor Estigarribia porque esta associação tenderia a justificar a intervenção violenta de forças do exército contra os ditos “rebelados”, o que ele sinalizava de fato já estar acontecendo. Importa, sobretudo, apontarmos que a causa destas elaborações representacionais está ancorada na luta política pela posse de terras, já que a ocorrência do Contestado na região sertaneja do sul do território paranaense, fronteira com o estado de Santa

¹⁵⁷ Sobre as semelhanças entre os conflitos de Contestado e Canudos e o temor fomentado pela imprensa sobre uma possível repetição de Canudos ver CAMPOS, Raymundo. **Estudos de História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1999.

Catarina, também se deveu ao conflito entre estes dois estados por estas terras de fronteira.

Outra questão interessante a ser destacada do fragmento é a menção que o inspetor faz ao fato de ainda não ter conseguido se estabelecer junto aos índios para “auxiliá-los” de uma maneira sistemática, que consistia, como parte do programa da Inspetoria na forma ideal de intervenção sobre os grupos indígenas. Cabe chamar a atenção que a necessidade de se instalar entre os índios está nesse trecho associada à necessidade de fiscalizar não os grupos indígenas, mas principalmente as ações da sociedade regional –os “açambarcadores locais” – econômica e politicamente interessada na posse das terras ocupadas pelos índios Cadiueus¹⁵⁸.

Após as considerações feitas sobre os conflitos rurais envolvendo os Cadiueus, Antônio Estigarribia passa a reportar a situação vivida por indígenas Kaiowa da etnia Guarani:

Em companhia do Capitão Vicente Vasconcelos da Comissão Rondon visitei algumas aldeias em julho último verificando serem trabalhadores e ordeiros mas carecem de auxílios para prosperar.

É indispensável não apenas a medição dos dois lotes concedidos, um em Dourados e outro em Nhú-Verá, como a obtenção de terras em outros pontos. As terras destas paragens são de hervaes entregues à exploração da onipotente companhia Matte-Larangeira, que apesar de argentina dispõe, graças a imensa riqueza, mais de 20.000 contos líquidos annuaes que extrai dos hervaes que o paupérrimo estado arrenda por uma migalha de 300 contos por anno de inauditas facilidades inclusive a de estragá-los à proporção que vai explorando, encontrando sempre entre os representantes do estado e funcionários que trabalham no sul, defensores acérrimos.¹⁵⁹

Visualizamos a Inspetoria do SPI e a Comissão Rondon realizando um trabalho de inspeção conjunta no sul do estado. Reforçamos assim nossa percepção sobre a abrangência geográfica desta relação administrativa colaborativa entre os dois órgãos indigenistas.

A partir daí podemos afirmar que a gestão dos territórios indigenistas em construção - no sudoeste, no centro e no noroeste do Mato Grosso, ou seja, o caminho percorrido pelas comissões das linhas telegráficas comandadas pelo estadista republicano Rondon – consistia numa rede administrativa integrada. A

¹⁵⁸ Uma das faces do SPI consistia na sua atuação enquanto órgão mediador das relações entre índios e a sociedade regional não-índia. Ver OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A Sociologia do Brasil Indígena**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Editora UNB, 1978 (2ª edição).

¹⁵⁹ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1473.

fiscalização exercida conjuntamente pelo inspetor do SPI e por um capitão do exército representante da Comissão Rondon nos sinaliza um planejamento conjunto de ações a serem colocadas em prática sobre os grupos indígenas inspecionados.

Todo trabalho de inspeção consistia num exercício de levantamento de informações sobre a situação político-jurídica das terras indígenas. O inspetor nos revela que dois lotes de terra já haviam sido concedidos aos Guarani-Kaiowá – ou melhor dizendo, aos seus tutores, os agentes do SPI - porém sua medição ainda estava por ser realizada. A demora nos trâmites do processo de legalização das terras sempre abria brechas para a ocorrência de litígios, e tal fato não passava despercebido pelo inspetor.

Supunha-se mesmo que a morosidade era proposital tanto mais que podemos enxergar no discurso do indigenista um tom de lamento e inconformismo na previsão que faz sobre as futuras dificuldades de obtenção de terras para a construção de territórios indigenistas. Apresentando-nos um cenário regional onde terras habitadas por índios estavam situadas dentro de uma área pertencente a uma grande indústria exploradora de erva-mate, só restava ao inspetor dar visibilidade e representar negativamente as articulações entre os industriais e os poderes locais.

Passando agora a discorrer sobre postos indigenistas situados ao norte do estado do Mato Grosso Antônio Estigarribia prossegue em seu relatório:

Neste posto [Posto de Vila Bela], a que pouco tenho podido atender por falta de numerário, distraído para [o posto de] Bacahirys que foi entregue a Inspetoria pela Comissão Rondon, sem nenhum reforço de verba, está reduzido a simples vigilância e observação dos índios Cabixis.

Tem sido com frequência visitado por índios Parecis que lá recebem os auxílios de que podemos dispor.

A lavoura tem dado para consumo.

É vexo da população de Villa-Bella atribuir aos índios Cabixis todos os malefícios que surgem, fazendo deles espécie de demônios em poder e artifício. Os malfeitores, podem ter certeza de não serem incomodados, porque, sem discrepância, todos atribuem aos índios, o que tiverem feito, às ocultas. Com mais recurso, é necessário, dispondo de pessoal de fora, agir lá fazendo a ligação dos serviços com os da Comissão de Linhas Telegráficas com quem os Cabixis estão, ao que parece, em boas relações.

Estes índios são segundo uns Nhambiquaras, segundo outros, Parecis. Inclino-me mais pela primeira suposição.

Continua como encarregado o snr. João Pedro Villas Boas, a quem muito pouco material e nenhum artigo de alimentação tenho fornecido(...).¹⁶⁰

Constatamos a existência de um posto indigenista desprovido de recursos básicos que pudessem viabilizar uma assistência adequada aos índios locais, tarefa primordial do SPI a partir da instalação de seus funcionários entre os grupos nativos. A justificativa dada pelo inspetor está baseada na insuficiência de verbas, e esta, por sua vez, está novamente associada às relações administrativas entre a Inspetoria e a Comissão Rondon. Numa situação destas caberia à Inspetoria apenas vigiar e observar os grupos indígenas o que nos sinaliza as limitações regionais das atividades indigenistas.

É relevante neste fragmento atentar para o fato de que a administração do mencionado posto dos Bacahirys havia sido passada da Comissão para a Inspetoria. Esta ação de transferência do poder de administração de um órgão para o outro implicava em modificações nas relações de contato com os índios da região. Estas dinâmicas administrativas não eram necessariamente previstas pelos indigenistas e o rearranjo de pessoal e de verbas visando o restabelecimento de uma organização institucional certamente modificava o planejamento de governo sobre os índios locais.

Ao informar que índios Paresí costumavam freqüentar o posto de Vila Bela, o inspetor nos revela dados sobre a mobilidade, a dispersão e o deslocamento dos diversos grupos desta etnia pela região geográfica do noroeste do Mato Grosso. Podiam ser os Paresí trabalhadores de Utiarity ou outros índios Paresí empregados em outros postos indigenistas e estações telegráficas daquele espaço geográfico. Assim como podiam ser grupos Paresí que ainda a esta altura recusavam o contato mais aproximado com os agentes do Estado e as territorialidades indigenistas.

Devemos chamar a atenção para duas modalidades distintas de interação social dos índios com os estabelecimentos indigenistas. Freqüentar um posto – de maneira regular ou inconstante – é um modo específico de estabelecimento de um relacionamento entre os grupos indígenas e os agentes do governo. Residir

¹⁶⁰ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1480.

permanentemente em um posto é uma modalidade diferente escolhida pelos índios de interação com os agentes indigenistas.

Apesar da imposição latente de uma situação colonial¹⁶¹ e da rigidez autoritária do sistema administrativo intrínseco ao funcionamento das unidades indigenistas, os índios ainda assim detinham um poder de escolha e possuíam margens de manobra sabendo se inserir nos espaços administrativos de uma maneira própria previamente deliberada.

A população do Posto de Vila Bela – os Paresí freqüentadores – atribuía aos índios locais – os Cabixis¹⁶² – características desqualificadoras. Ao associá-los à imagem de demônios e ao ocultismo acabavam por estabelecer uma distinção entre um “nós” e um “eles”: os índios também detinham a capacidade de forjar alteridades de acordo com os interesses do grupo. Estes distanciamentos culturais estabelecidos pelos indígenas entre si remontam a um período histórico anterior à presença não-índia na região. No entanto, os índios sabiam se utilizar destas representações interétnicas no jogo político de configuração de alianças originado a partir da intervenção indigenista em seus territórios.

O posicionamento dos Paresí como portadores de uma identidade cultural distinta dos Cabixis passava pela questão das religiosidades indígenas. Os Wáimare e Kaxíniti – grupos Paresí mais próximos – sabiam que aqueles a quem eles designavam como Cabixis eram os Paresí-Kozárini: buscavam estabelecer

¹⁶¹ Ao refletirmos sobre o indigenismo brasileiro enquanto produtor de situações coloniais, podemos enxergar a construção de uma situação colonial - no contexto desta dissertação que tem por temática a história das interações sociais entre índios e equipes indigenistas – como um processo de reconfigurações sociais e territoriais produzidas através de relações políticas e culturais, que também são relações de dominação de uma instituição estatal-nacional sobre grupos indígenas. A ideologia oficial indigenista não admitia a prática da coerção, mas de fato existiam situações de coerções sócio-econômicas nas quais estavam ancoradas as relações de trabalho e as relações culturais estabelecidas entre índios e as unidades administrativas que aplicavam políticas indigenistas a nível local. Tais práticas coercitivas eram implícitas e subjacentes aos processos cotidianos de intervenção estatal.

¹⁶² Como já vimos em outras passagens da dissertação, os chamados Cabixis eram também índios Paresí. Pertenciam a um grupo Paresí específico: o dos Kozárini. O próprio inspetor Estigarribia demonstra que ainda na década de 1920 existia certa dificuldade entre os indigenistas para estabelecer de forma definitiva o grupo étnico a que pertencia os ditos Cabixis. O inspetor tendia a acreditar – equivocadamente - que os Cabixis eram Nambikwára, como sinalizado na própria fonte.

uma diferença perante este outro grupo desqualificando aspectos de sua cultura religiosa¹⁶³.

O inspetor ao captar esta contenda religiosa entre os grupos indígenas julga relevante fazer constar em seu relatório considerações a este respeito. Tal fato nos revela que o universo religioso dos indígenas – representativo de seus sistemas culturais – continuava a ser um elemento fortemente presente em meio ao processo de territorialização indigenista a que estavam submetidos.

Visualizamos relações sociais e culturais interétnicas sob a ótica de um inspetor indigenista. Cerimônias religiosas próprias das culturas indígenas tinham o seu espaço em meio à situação colonial: rituais indígenas eram colocados em prática e continuavam a ser encenados na própria territorialidade dos postos indigenistas ou nos seus arredores.

Estigarribia ao identificar o Posto de Vila Bela como carente de estrutura e recursos para o exercício de uma atividade protecionista mais efetiva sinaliza a necessidade de ser estabelecida uma maior ligação entre os serviços da Comissão das Linhas Telegráficas e os serviços da Inspetoria. Uma vez mais a análise do documento nos leva a interpretar a articulação entre os dois aparelhos indigenistas como indispensável no que tange a busca governamental de aplicar com maior eficácia o exercício do poder perante a população indígena contatada.

Sobre o Posto Simões Lopes e seus habitantes – índios Bakairí – o encarregado da Inspetoria do Mato Grosso tece as seguintes considerações:

Os Bacahirys são excelentes índios: trabalhadores, pacíficos e delicados. O Posto Simões Lopes pode ser considerado uma pequena povoação de pouco mais de 250 indivíduos, morando em casinhas modestas, porém limpas e bem arrumadas, onde pela cordura dos moradores não se registram desordens. Apenas o capitão Antonio Guaná Brazil, mais conhecido por Antoninho, índio viajado e guia de quase todas as explorações estrangeiras que vieram ao valle do Xingú, perturbam-nos um pouco com suas pretensões e intrigas.¹⁶⁴

Índio excelente é índio trabalhador: tanto mais excelente quando pacífico, delicado, cordato e ordeiro. Representações positivadas sobre os índios dizem respeito à adaptação dos grupos às regras de funcionamento dos postos indigenistas. Entretanto, ao menos um índio parecia fugir dos padrões ideais,

¹⁶³ Ver MACHADO, Maria Fátima Roberto de. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíniti, grupos Paresí**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ, 1994.

¹⁶⁴ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1484.

aparentando estar em desacordo com as regras indigenistas estabelecidas. E justamente um índio ao qual havia sido concedida a patente militar de capitão do exército.

A concessão de patentes militares a índios era prática indigenista recorrente na tentativa de cooptação de chefes de aldeias. Reconhecer uma liderança indígena local, conceder-lhe uma designação militar e atribuir-lhe um nome não-indígena fazia parte da estratégia política do SPI. Podemos traçar uma analogia entre o capitão Antonio Guaná e o chefe Paresí major Libâneo Kolozoiricê¹⁶⁵.

Este chefe local de aldeia Paresí, através de acordos estabelecidos com o coronel Rondon e outros gestores indigenistas das linhas telegráficas, havia aceitado ir ao Rio de Janeiro a fim de receber uma educação formal nas instituições escolares militares. Após a estadia na capital da república e a vivência em ambiente militar foi tornado major, regressando junto aos indigenistas às aldeias do Mato Grosso.

A estratégia indigenista consistia em fazer destas lideranças indígenas peças-chave na mediação dos interesses políticos governamentais junto aos grupos indígenas habitantes das regiões sertanejas do território brasileiro. Não necessariamente, chefes indígenas como Libâneo Kolozoiricê e Antonio Guaná, serviriam aos propósitos militares, frustrando assim as expectativas de Rondon e seus companheiros. É preciso considerar que os índios resignificavam à sua maneira os ensinamentos transmitidos por agentes externos, atribuindo-lhes outros sentidos e apropriando-se deles de forma autônoma.

Por um lado, tornar índios maiores ou capitães do exército era uma forma encontrada pelos agentes estatais de integrá-los ao corpo administrativo das unidades locais indigenistas. Por outro lado, ser tornado militar podia ser enxergado pelos indígenas como uma maneira de se inserir nos meios nacionais buscando com isso angariar prestígio entre os agentes externos. A partir do momento em que compreendemos o processo como a configuração de uma nova aliança política, podemos afirmar que os indígenas sabiam se utilizar destas

¹⁶⁵ Para maiores informações sobre este sujeito histórico ver tese de doutorado citada de Maria Fátima Roberto Machado. Após a morte do major indígena, em sua homenagem, um posto indigenista do SPI levaria o seu nome.

alianças visando seus próprios fins, que podiam ser bastante distintos dos pretendidos pelos militares.

O Posto de Uturity é o último a constar no relatório da Inspetoria do Mato Grosso:

A cargo da Comissão Rondon, auxiliado pela Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, com 16:000\$000 annuaes.

As informações que vão a seguir foram fornecidas pelo snr. Germano Silva:

Lavoura e Produção: Foi roçada uma área de 1000 metros em quadro. Foi capinada uma de 950 metros em quadro. Foram cortadas e transportadas 50 carradas de lenha para moagem. Foram colhidos da plantação de 1922: 5283 litros de milho; 955 litros de arroz; 400 litros de feijão (...) Foi mais arado uma área de 200 metros em quadro e foi cercada uma roça com cerca de arame de 956 metros de comprimento. Trabalharam na lavoura 10 homens.

População: Pelo recenseamento de 1923 a população pareci desse posto se divide do modo seguinte: 32 homens; 39 mulheres; 19 meninos; 12 meninas; 19 creanças [bebês]; 121 total de índios existentes (...)

As aulas de música e sapataria funcionaram com regularidade com frequencia de 10 alumnos, destacando-se o alumno Antonio Bruno Zoarurê na sapataria e Maximiano Enoré na música.

Foram feitas as seguintes obras: 75 pares de chinellos, 17 sela-e-vira (chinellos com solla de botina) para homem, 42 para crianças e 13 pares de sapatos.

A escola de primeiras letras funcionou com regularidade com frequencia de 32 alumnos sendo 12 do sexo feminino.

Funcionou a aula de agricultura prática, gymnástica sueca e exexrcício militar dada pelo índio Caxinaná Vicente Sombra, cabo do corpo de bombeiros.

Funcionou também a aula de costura e trabalhos domésticos ministrada pela professora D. Olga da Silva Higgnes, esposa do encarregado do posto, Inspetor do telegrapho Rubens Velloso Higgnes.¹⁶⁶

Os dados sobre Uturity constantes neste relatório foram informados pelo senhor Germano Silva que era o encarregado da parte sul da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA). Esta Comissão, que atuava especificamente na zona noroeste do Mato Grosso da época, administrativamente se subdividia em duas partes: a parte norte e a parte sul¹⁶⁷. O senhor Germano Silva era na época o chefe de todos os encarregados locais responsáveis por estações telegráficas e postos indigenistas da parte sul da CLTEMGA. Era o responsável pela compilação dos relatórios de todos os encarregados de estações e postos inclusive o de Uturity que estava situado na referida parte sul da zona noroeste do Mato Grosso de então.

¹⁶⁶ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI: Microfilme 379; Fotograma 1486.

¹⁶⁷ A parte norte da Comissão corresponde ao atual estado de Rondônia. A parte sul corresponde ao estado do Mato Grosso.

Percebemos ser recorrente no processo de elaboração dos relatórios indigenistas apenas a informação de dados que quantificam o produto do trabalho (aquilo que foi produzido) e a produtividade dos trabalhadores indígenas. Muito pouco nos é revelado pelos relatórios oficiais acerca das relações de trabalho (as jornadas de trabalho, suas condições, as relações entre empregadores indigenistas e empregados indígenas).

Podemos, através deste relatório, listar as práticas de trabalho dos indígenas Paresí: cabia aos índios roçar, capinar, cortar, transportar, colher, arar, cercar e cultivar a terra. A partir destes dados podemos desvelar a faceta da colonização agrária intrínseca ao funcionamento do posto de Utiarity. O projeto de colonização a que os Paresí estavam submetidos consistia em fazê-los se adaptar à prática sistemática de trabalhar nos moldes nacionais.

O programa indigenista da Inspetoria do Mato Grosso consistia na colonização da terra e neste sentido promover situações de colonização era parte constitutiva das práticas indigenistas do SPI; todo tratamento protecionista dispensado aos índios possuía finalidades coloniais. A colonização da terra em Utiarity passava pela colonização dos grupos indígenas Paresí.

As atividades agrárias e pastoris desempenhadas no posto de Utiarity nos permitem visualizar a área ocupada por este como uma zona de colonização estatal alicerçada na força de trabalho indígena, sobre a qual recaíam as políticas indigenistas de nacionalização. Os Paresí nacionalizar-se-iam pelo trabalho, exercendo a função de pequenos produtores rurais; esta era uma das maneiras pelas quais o indigenismo brasileiro acreditava estar incorporando os índios à nação e promovendo a sua desejada transformação cultural.

Os propósitos integracionistas de seus tutores estavam prioritariamente focados nos indígenas enquanto trabalhadores das lavouras e roças; enquanto mão de obra produtiva contribuindo para o desenvolvimento da nação. A contribuição a ser dada ao Brasil pelos índios Paresí consistia no seu aprendizado dos meios e das técnicas produtivas; eles se tornavam membros da comunidade nacional – a sociedade brasileira – a partir do momento em que aderiam a um modo de trabalhar e de ser proposto pelos indigenistas.

A nacionalização dos indígenas implicava em subordinar seus aspectos culturais à exploração experimental de sua potencialidade enquanto força de

trabalho, colocada em teste nas tarefas cotidianas do território indigenista de Utiaruty. A nação internalizava-se no cotidiano dos indivíduos indígenas; era uma idéia que se naturalizava nas práticas do dia-a-dia¹⁶⁸.

Convém citar o historiador britânico Eric Hobsbawn para nos aprofundarmos teoricamente em questões que dizem respeito à formação de uma nação e o papel do Estado na construção de um território nacional. Assim como Hobsbawn acredito que “(...) a unidade da organização política territorial é o critério crucial daquilo que hoje entendemos por ‘nação’.”¹⁶⁹

O Estado moderno típico, que recebeu sua forma sistemática na era das revoluções francesas, (...) era uma novidade em muitos aspectos. Era definido como um território (de preferência contínuo e inteiro) dominando a totalidade de seus habitantes; e estava separado de outros territórios semelhantes por fronteiras e limites claramente definidos. Politicamente, seu domínio e sua administração sobre os habitantes eram exercidos diretamente e não através de sistemas intermediários de dominação e de corporações autônomas. Procurava, o mais possível, impor as mesmas leis e arranjos administrativos instituídos por todo o território (...). Em resumo, o Estado dominava sobre um “povo” territorialmente definido e o fazia como a agência “nacional” suprema de domínio sobre o seu território, e seus agentes cada vez mais alcançavam os habitantes mais humildes do menor de seus vilarejos.

Ao longo do século XIX, essas intervenções se tornavam tão universais e rotinizadas nos Estados “modernos” que uma família teria que viver em um lugar muito inacessível se um de seus membros não quisesse entrar em contato regular com o Estado nacional e seus agentes (...). Cada vez mais o Estado detinha informações sobre cada um dos indivíduos e cidadãos através do instrumento representado por seus censos periódicos regulares (que só se tornaram comuns depois da metade do século XIX), através da educação primária teoricamente compulsória e através do serviço militar obrigatório, onde existisse. (...) Como nunca até então, o governo e os indivíduos e cidadãos estavam inevitavelmente ligados por laços diários. E as revoluções nos transportes e nas comunicações, verificadas no século XIX, estreitaram e rotinizaram os liames entre a autoridade central e os lugares mais remotos.¹⁷⁰

Como a partir das orientações teóricas de Hobsbawn podemos pensar o papel desempenhado pelo Estado brasileiro na consolidação do território nacional e na propagação do ideal republicano de nação¹⁷¹ junto às sociedades indígenas habitantes de territórios sertanejos? Como, mais especificamente, aplicar tais

¹⁶⁸ Cf. ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Ainda que Anderson se refira a internalização cultural da nação, visto que ele concebe o nacionalismo como um produto cultural, acredito que a idéia aqui também possa ser aplicada.

¹⁶⁹ HOBBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 64.

¹⁷⁰ Idem, p.101-102.

¹⁷¹ Aqui está presente a idéia de unidade territorial enquanto um ideal republicano de nação.

idéias no estudo de caso dos grupos Paresí habitantes do posto indigenista de Utiarity?

O projeto de territorialização – a transformação do território étnico-indígena Paresí em território estatal-indigenista Utiarity - aplicado pelos agentes do SPI consolidava a presença do Estado no espaço geográfico do interior do Brasil. A partir do momento que compreendemos que os dirigentes estatais se utilizavam da definição de nação como uma unidade territorial podemos enxergar a função estratégica desempenhada pelos agentes do SPI – representantes oficiais do Estado brasileiro – no processo de ocupação das terras habitadas por índios Paresí.

A partir da compra de terras realizada pelo SPI para a instalação de postos indigenistas o Estado fazia-se senhor de territorialidades em meio aos espaços sertanejos do Brasil. A partir do enquadramento dos grupos indígenas Paresí na unidade territorial designada como nação brasileira, o domínio administrativo sobre os nativos poderia ser exercido diretamente com maior eficácia. Os Paresí passavam a ser assim um povo territorialmente definido dentro do modelo nacional: eram incorporados à nação a partir da apropriação pelo Estado de seus territórios étnicos.

O Estado republicano brasileiro se auto-definia como agência nacional suprema e era institucionalmente representado no micro-cosmos da região sertaneja de Mato Grosso pelo posto indigenista de Utiarity. Através das ações locais coordenadas por encarregados e funcionários do posto e por chefes e funcionários da Inspeção o governo administrativo sobre os índios Paresí e suas terras se fazia efetivo.

A idéia de “nação” associada à de “território” aplicadas em conjunto através da política indigenista estatal era o mecanismo que permitia a incorporação dos territórios indígenas ao território nacional. Configurava-se assim uma situação de domínio territorial governamental.

Um maior controle administrativo sobre o território estatal-indigenista de Utiarity era exercido através da realização de um recenseamento periódico da população indígena habitante do posto. Conforme vemos no documento eram em número de 121 o total de índios Paresí registrados como moradores do posto, meticulosamente divididos em homens, mulheres, meninos, meninas e bebês. Os

agentes do posto se utilizavam do censo periódico regular como instrumento para manter o Estado – o gestor do território e da população – informado sobre cada um dos indivíduos indígenas sob sua administração.

A compreensão da questão demográfica referente aos índios no Brasil é bastante relevante para o entendimento do censo enquanto mecanismo administrativo controlador. A idéia de “transitoriedade do ser indígena”- noção corrente na época – nos ajuda a contextualizar aquele ambiente histórico-social.¹⁷² Era uma época em que se acreditava firmemente que as sociedades indígenas caminhavam para a extinção, devido ao decréscimo populacional e à progressiva integração dos índios à sociedade nacional¹⁷³.

Os índios eram considerados homens em um estado inferior de evolução, cabendo ao Estado desempenhar um papel civilizatório promovendo sua transição afim de que se transformassem em pequenos produtores rurais incorporados à nação. Na medida em que se transformavam em trabalhadores agrícolas nacionais eram destituídos da condição de índios, daí a idéia do termo “índios” enquanto uma identidade transitória.

A nação promovia a civilização, e o índio – enquanto termo jurídico – cessava de existir passando a integrar uma outra categoria classificatória, a dos civilizados; este termo constituía um sinônimo para “nacionalizados”. Esta visão de mundo – e os regulamentos jurídicos dela originados - orientava a política indigenista e a ação protecionista do órgão tutelar (SPI).

As escolas presentes no posto de Utiarity representavam iniciativas estatais no sentido da aplicação prática de políticas de nacionalização. Através do espaço escolar o governo poderia estabelecer vínculos mais sólidos e criar laços diários com a comunidade indígena Paresí. Conforme dito anteriormente, a instituição escolar era percebida pelos agentes indigenistas como uma unidade administrativa estratégica para a nacionalização dos índios locais. Instituir um modo disciplinado

¹⁷² Cf. LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

¹⁷³ É oportuno ressaltar que a elaboração e a prática da política indigenista, na época em questão, orientavam-se por pressupostos teóricos positivistas e evolucionistas que acabavam ecoando na pesquisa científica e etnológica no Brasil. É também significativo mencionar que a população indígena do Brasil não diminuiu significativamente apenas no longo período decorrido entre o século XVI e o século XX – argumento comum banalizado – mas principalmente diminuiu drasticamente do início do século XX até meados da década de 1960, quando as estatísticas censitárias começaram a apresentar um crescimento demográfico dos grupos originários.

de ser - de acordo com os parâmetros militares-indigenistas - por meio da educação escolar era um modo de enquadrar comportamentos indígenas nos moldes nacionais.

O ensino do ofício de sapateiro – um tipo de ensino técnico profissionalizante – buscava dar condições aos índios de aprender a fabricar diversos tipos de calçados que teriam uma utilidade prática no dia a dia do posto. Andar calçado era uma prática civilizada visto que os agentes do posto de Utiaity não andavam descalços; por sua vez, andar com o pé na terra era prática indígena. O uso do calçado diferenciava social e visualmente índios de não- índios.

As aulas de ginástica sueca e exercício militar tinham a função primordial da disciplinarização dos corpos: sua finalidade consistia em impor aos Paresí posturas, gestos e comportamentos que viabilizassem a aquisição de uma disciplina nos padrões militares. Os exercícios físicos proporcionariam aos índios a rigidez do corpo que, por sua vez, seria de enorme utilidade quando os indígenas estivessem desempenhando alguma atividade agrícola aprendida nas aulas de agricultura prática.

As aulas de costura e trabalho doméstico eram direcionadas às mulheres indígenas que desta maneira podiam entrar em contato com costumes culturais nacionais; aprendendo usos e técnicas distintas das suas as índias eram treinadas a serem boas donas de casa. O ensino de tais costumes era um artifício no sentido de induzir a formação de famílias indígenas nos padrões nacionais.

Constatamos em Utiaity a montagem de um sistema escolar que permitiria aos agentes do SPI através da observação cotidiana enxergar se os indígenas Paresí progrediriam rumo à civilização. Os indigenistas solidificavam suas crenças positivistas na medida em que os índios demonstravam adotar modos de se expressar, de se comportar, de se vestir, de trabalhar, em suma, modos de viver e ser, aproximados com os hábitos classificados como civilizados.

As práticas escolares indigenistas aplicadas em Utiaity consistiam na indução programática dos índios Paresí a um determinado modo de ser brasileiro agradável ao Estado. A adoção de usos e costumes ocidentais-nacionais por parte dos índios deveria ser compatível com as ambições políticas do Estado republicano e o projeto positivista de nação.

As aulas de música possuíam uma função especial dentro do universo cultural dos indígenas Paresí. Os índios desta etnia pareciam demonstrar habilidades especiais no mundo musical. Os indigenistas souberam se aproveitar de tais aptidões, para através da educação musical, aplicar políticas de nacionalização. Por meio do ensino de músicas e da utilização de instrumentos musicais estranhos aos indígenas procuravam introduzi-los no universo cultural nacional¹⁷⁴.

Neste quesito, desempenhou papel fundamental o hino nacional brasileiro. A encenação das cerimônias cívicas diárias constituía parte estratégica da política indigenista de nacionalização. No dia a dia do posto de Utiarity, como num quartel militar, o hasteamento da bandeira nacional seguido do toque e do canto do hino se configuravam como importantes recursos simbólicos utilizados pelos agentes governamentais empenhados em sua tarefa de nacionalizar os grupos nativos.

A escola destinada à alfabetização dos indígenas através do ensino da língua portuguesa exercia um papel fundamental enquanto parte integrante das práticas indigenistas nacionalizantes. Uma das mais importantes finalidades do posto de Utiarity na década de 1920 era nacionalizar os índios Paresí e o ensino do português era concebido como um dos instrumentos para tal.

Aqui é preciso uma dupla percepção, uma referente ao universo daqueles contemporâneos e outra referente à minha compreensão. Para os agentes do Estado, imbuídos de um modelo de Estado-nação, a língua era um elemento estratégico na construção de pertencimentos.¹⁷⁵ Para a presente dissertação, a língua é considerada como característica cultural fundamental na construção e na reconfiguração de identidades étnicas. De um modo e de outro, entretanto, podemos inferir o impacto da língua nacional sobre a língua indígena falada pelos Paresí.

Através deste documento podemos visualizar a aplicação prática de um projeto de nacionalização dos índios. Considero haver duas vertentes principais do projeto indigenista de nacionalização: a nacionalização pela escola – política direcionada aos meninos e meninas indígenas – e a nacionalização pelo trabalho –

¹⁷⁴ Ver anexo 6.

¹⁷⁵ Ver GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

política direcionada aos índios adultos¹⁷⁶. No posto de Utiarity o projeto indigenista nacionalizante se materializava através das relações escolares – a prática sistemática de estudo imposta às crianças Paresí – e através das relações de trabalho – a prática sistemática de trabalho imposta aos Paresí adultos.

Por meio destas observações torna-se possível a compreensão das diversas modalidades de relacionamento que se constituíam no tempo, entre funcionários locais do SPI e os agentes sociais indígenas no interior deste posto indigenista. Os processos diários de atuação indigenista, no sentido de induzir as crianças indígenas a freqüentar regularmente a escola e no sentido de inculcar nos Paresí o valor do trabalho sistemático, certamente provocariam modificações no cotidiano do posto.

Desta forma é possibilitado o vislumbamento das dinâmicas internas do Território Utiarity: “Territorializar para Nacionalizar” pode ser interpretado como um lema indigenista implícito bastante apropriado para designar o modelo de funcionamento do posto de Utiarity.

A análise aqui realizada não deixa de levar em consideração os limites da nacionalização de grupos sociais imbuídos de perspectivas culturais próprias, considerando a autonomia dos indivíduos indígenas Paresí na realização de suas escolhas. Convém novamente citar Hobsbawn:

As ideologias oficiais de Estados (...) não são orientações para aquilo que está na mente de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles. (...) não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social. Na verdade, a identificação nacional é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras. (...) a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos.”¹⁷⁷

¹⁷⁶ Considero também que estaria em curso, na dinâmica social do posto indigenista de Utiarity, uma outra modalidade de nacionalização: a nacionalização pela convivência. Esta diz respeito mais aos aspectos culturais do que aos aspectos políticos da questão. Um tipo de convivência que remete às formas de sociabilidade vivenciadas por índios e não-índios em espaços informais: além das relações escolares, além das relações de trabalho. Esta forma específica de nacionalização remete à idéia de “trocas culturais mútuas”, e neste sentido, se é possível pensar em processos de nacionalização também é possível refletir sobre processos de indianização, que de forma simplificada, poderiam ser definidos como a adoção de hábitos e costumes indígenas por agentes indigenistas e por trabalhadores nacionais não-índios e não-indigenistas que frequentavam o Posto. Sobre estas questões não recai o foco da análise, porém as consideramos dignas de reflexão.

¹⁷⁷ HOBBSAWN, Eric. Op. cit., p.21.

Tais considerações do historiador inglês, quando aplicadas ao estudo do caso presente, remetem à difícil tarefa do historiador em tentar desvelar possíveis visões e significações indígenas sobre as diferentes maneiras de se identificar com a nação brasileira, de se inserir nas unidades administrativas indigenistas e de se relacionar com representantes do estado nacional.

Não podemos saber até que ponto os nativos se sentiam realmente integrados ao “mundo civilizado” já que não temos condições de afirmar como tais indivíduos compreendiam e interpretavam as funções que exerciam nos territórios indigenistas, fosse trabalhando para as estações telegráficas da Comissão Rondon ou para os postos indigenistas do SPI.

Tampouco temos condições de saber precisamente em que medida interesses pessoais ou coletivos mantinham os índios “presos” ao posto de Utiarity, para além da percepção de que os agentes do indigenismo se utilizavam de métodos coercitivos para manter os Paresí estudando e produzindo à serviço da nação. A intenção aqui é frisar que os indígenas possuíam motivações próprias no exercício das atividades no interior dos territórios para o qual eram atraídos, e estas se baseavam em fundamentos e pressupostos de suas culturas.

Os indivíduos indígenas mostravam-se capazes de trabalhar e de se movimentar - em espaços institucionais construídos e organizados por pressupostos culturais bastante distintos dos seus - de forma autônoma, incorporando aos seus costumes e identidades étnicas, novos padrões referenciais. A identificação nacional era apenas mais uma dentre os diversos outros tipos de identificações que constituíam o ser social indígena.

Temos que recuperar a dimensão da historicidade dos sujeitos históricos Paresí – situando suas ações no tempo – não deixando de atentar para o fato de que estes novos contatos sociais estabelecidos com os agentes do Estado republicano se somavam às experiências de contatos configurados anteriormente em outras épocas históricas¹⁷⁸. Em conjunto, estes inúmeros contatos estabelecidos ao longo do tempo, tanto com outros grupos de índios quanto de não-índios, acabavam contribuindo para a reordenação de suas tradições, para a

¹⁷⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de. “*A problemática dos ‘índios misturados’ e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história*”. In: **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

apropriação de novas motivações políticas e para a reformulação de suas identidades culturais¹⁷⁹.

¹⁷⁹ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.